

## **11. Proposta de Resultados**

Dando cumprimento ao disposto na alínea f) do artigo 10º dos Estatutos da APA, o **Conselho de Administração da APA - Administração do Porto de Aveiro, S.A.** propõe à Assembleia Geral que o Resultado Líquido de 2007, apurado no montante de 104.154,63 euros seja distribuído da seguinte forma:

- 10% - 10.415,46 euros - para reservas legais, em cumprimento do estatuído na alínea a) do n.º 1 do artigo 17º dos Estatutos da APA, S.A. aprovados pelo Decreto-Lei n.º 339/98, de 3 de Novembro e

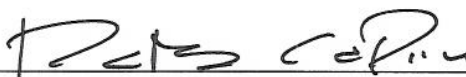
- o remanescente - 93.739,17 euros para cobertura de prejuízos transitados, em cumprimento do n.º 1 do artigo 33º do Código das Sociedades Comerciais.

Forte da Barra, 13 de Fevereiro de 2008

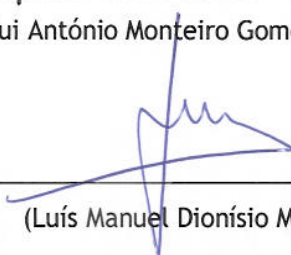
O Conselho de Administração,



(José Luís de Azevedo Cacho)



(Rui António Monteiro Gomes de Paiva)



(Luís Manuel Dionísio Marques)

# APA - ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE AVEIRO, S.A.



## BALANÇO EM 31/12/2007

(Montantes expressos em Euros)

CÓDIGO	EXERCÍCIOS				CÓDIGO	EXERCÍCIOS		
	2007		2006					
	Ativo Bruto	Amortizações e Ajustamentos Acum.	Ativo Líquido	Ativo Líquido				
ATIVO								
IMOBILIZADO:								
BENS DO DOMÍNIO PÚBLICO								
431	Terras e Recursos Naturais .....	69.147.844,51	0,00	69.147.844,51	51	Capital social .....	30.000.000,00	30.000.000,00
432	Edifícios e Outras Construções .....	194.031.932,23	26.447.903,02	167.584.029,21	57	Reservas .....	189.923.581,04	189.923.581,04
441	Instalações em Curso de Bens Domínio Público .....	37.684.005,63	0,00	37.684.005,63	59	Resultados transitados .....	-7.110.570,82	-6.308.023,41
		<b>300.863.782,37</b>	<b>26.447.903,02</b>	<b>274.415.879,35</b>		<b>Subtotal .....</b>	<b>212.813.010,22</b>	<b>213.615.557,63</b>
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:								
432	Despesa de Investigação e Desenvolvimento .....	250.357,18	153.117,18	97.240,00	88	Resultado líquido do período .....	104.154,63	-802.547,41
441	Estados de Investimento e Desenvolvimento .....	457.656,25	0,00	457.656,25		<b>Total de Capital Próprio .....</b>	<b>212.917.164,85</b>	<b>212.813.010,22</b>
		<b>708.013,43</b>	<b>153.117,18</b>	<b>554.896,25</b>				
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:								
421	Terras e Recursos Naturais .....	3.099.258,38	0,00	3.099.258,38		<b>PASSIVO:</b>		
422	Edifícios e Outras Construções .....	14.539.946,42	5.243.819,78	9.296.126,64				
423	Equipamento Básico .....	7.698.765,77	4.936.294,72	2.762.471,05				
424	Equipamento de Transporte .....	608.553,78	474.957,69	133.596,09				
425	Fornecimento e Utilitários .....	192.365,98	156.556,68	35.809,30				
426	Equipamento Administrativo .....	1.397.759,15	1.032.891,90	364.867,25	291	Provisões para Passivos .....	1.938,69	228.917,17
429	Outras Instalações Corporais .....	1.251.786,26	1.150.715,68	101.070,58	295	Outras provisões .....	759.813,10	759.813,10
4423	Instalações em Curso .....	113.111,60	0,00	113.111,60			761.751,79	988.730,27
		<b>28.901.547,34</b>	<b>12.995.236,45</b>	<b>15.906.310,89</b>				
INVESTIMENTOS FINANCEIROS:								
414	Terras e Recursos Naturais .....	3.730.594,02		3.730.594,02	231	<b>DÍVIDAS A TERCEIROS - MÉDIO E LONGO PRAZO:</b>	21.760.652,10	22.500.000,00
445	Instalações em Curso .....	64.063,70		64.063,70		Emprestimos Bancários .....	<b>21.760.652,10</b>	<b>22.500.000,00</b>
		<b>3.794.657,72</b>	<b>0,00</b>	<b>3.794.657,72</b>				
CIRCULANTE:								
DÍVIDAS DE TERCEIROS - CURTO PRAZO								
211	Contas c/c .....	2.102.107,98		2.102.107,98	231	<b>DÍVIDAS A TERCEIROS - CURTO PRAZO:</b>	739.347,90	386.773,10
218	Clientes de Cédula Dividida .....	3.020.319,58		3.020.319,58	221	Fornecedores c/c .....	265.274,16	151.543,76
24	Estado e outros Entes Públicos .....	93.514,61		93.514,61	226	Cações de Fornecedores .....	20.985,25	27.266,98
229/261/268	Outros Devedores .....	75.835,08		75.835,08	228	Faturas em recepção e confissão .....	684.558,70	258.478,22
		<b>5.291.777,25</b>	<b>3.020.319,58</b>	<b>2.271.457,67</b>	24	Estado e Outros Entes Públicos .....	185.561,15	166.811,42
					2611	Fornecedores de Imobilizáveis, c/c .....	197.268,80	40.423,92
					2613	Fornecedores - Leasing .....	0,00	1.778,63
					213 + 6 + 7 + 2623 + 78	Outros Devedores e Credores .....	262.619,84	267.092,83
							<b>2.355.615,80</b>	<b>1.300.168,86</b>
DEPÓSITOS BANCÁRIOS E CAIXA								
123-4	Depósitos Bancários .....	6.335.215,31		6.335.215,31		<b>ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:</b>		
11	Caixa .....	2.626,90		2.626,90	273	Acrescimos de Contas .....	833.792,03	672.362,09
		<b>6.337.842,21</b>	<b>0,00</b>	<b>6.337.842,21</b>	274	Provedores Diferidos .....	68.151.448,26	63.636.033,30
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS								
27	Acrescimos de Provedores .....	743.552,07		743.552,07		<b>Total de Passivo .....</b>	<b>68.985.240,29</b>	<b>64.308.395,39</b>
272	Contas Diferidas .....	2.456.599,43		2.456.599,43			<b>93.863.259,98</b>	<b>89.097.294,52</b>
276	Imposto Diferido Ativo .....	299.229,24		299.229,24				
		<b>3.499.380,74</b>		<b>3.499.380,74</b>				
TOTAL DE AMORTIZAÇÕES								
TOTAL DE AJUSTAMENTOS								
TOTAL DO ACTIVO .....								
		<b>349.397.001,06</b>	<b>42.616.576,23</b>	<b>306.780.424,83</b>		<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO .....</b>	<b>306.780.424,83</b>	<b>301.910.304,74</b>

Foro da Barra, 13 de Fevereiro de 2008

O Técnico de Contas

*Jaide L. Ferreira*

O Conselho de Administração

*Aluis*

*172*





## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

do período de doze meses findo em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

(Montantes expressos em Euros)

CONTAS		EXERCÍCIOS			
		2007 - DEZEMBRO		2006 - DEZEMBRO	
	<b>CUSTOS E PERDAS</b>				
62	Fornecimentos e serviços externos.....	2.195.438,83	2.195.438,83	2.070.566,50	2.070.566,50
64	Custos com o pessoal:				
641/2	Remunerações.....	4.114.082,04		3.959.198,02	
	Encargos sociais				
643/4	Pensões .....	238.953,16		398.537,65	
645/6/7/8	Outros .....	881.055,01	5.234.090,21	802.281,62	5.160.017,29
662/3/5	Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo.....	4.781.757,69		4.257.647,07	
666	Ajustamentos .....	1.375.460,37		706.243,03	
67	Provisões.....	9.497,66	6.166.715,72	9.497,64	4.973.387,74
63	Impostos.....	171.451,71		155.312,46	
65	Outros custos e perdas operacionais.....	14.568,39	186.020,10	23.539,73	178.852,19
	(A)		13.782.264,86		12.382.823,72
68	Juros e custos similares.....	613.382,32	613.382,32	651.773,82	651.773,82
	(C)		14.395.647,18		13.034.597,54
69	Custos e perdas extraordinários.....		42.348,83		65.538,60
	(E)		14.437.996,01		13.100.136,14
86	Imposto sobre o rendimento do exercício .....		141.914,62		874.232,89
	(G)		14.579.910,63		13.974.369,03
88	Resultado líquido do exercício.....		104.154,63		-802.547,41
	<b>PROVEITOS E GANHOS</b>				
71	Vendas.....	0,00		0,00	
72	Prestações de serviços.....	10.270.617,80	10.270.617,80	8.846.127,94	8.846.127,94
	Variação de produção .....		0,00		0,00
73	Proveitos Suplementares .....	1.252.553,70		1.339.697,39	
74	Subsídios à Exploração .....	0,00		2.660,00	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais .....	59.473,51		8.429,30	
77	Reversão de Amortizações e Ajustamentos .....	785.856,79	2.097.884,00	27.531,77	1.378.318,46
	(B)		12.368.501,80		10.224.446,40
78	Outros juros e proveitos similares.....	211.306,63	211.306,63	155.002,97	155.002,97
	(D)		12.579.808,43		10.379.449,37
79	Proveitos e ganhos extraordinários.....		2.104.256,83		2.792.372,25
	(F)		14.684.065,26		13.171.821,62

Resumo:				
Resultados operacionais: (B) - (A) =		-1.413.763,06		-2.158.377,32
Resultados financeiros: (D-B) - (C-A) =		-402.075,69		-496.770,85
Resultados correntes: (D) - (C) =		-1.815.838,75		-2.655.148,17
Resultados antes de impostos: (F) - (E) =		246.069,25		71.685,48
Resultado líquido do período: (F) - (G) =		104.154,63		-802.547,41

Forte da Barra, 13 de Fevereiro de 2008

O Técnico de Contas

O Conselho de Administração



**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES**

(Montantes expressos em euros)

	2007	2006
Vendas e prestações de serviços .....	10.951.934,41	8.846.127,94
Custo das vendas e das prestações de serviços .....	-9.930.757,96	-9.176.014,70
<b>Resultados Brutos</b>	<b>1.021.176,45</b>	<b>-329.886,76</b>
Outros proveitos e ganhos operacionais	1.331.092,64	1.384.585,44
Custos de Distribuição .....	-193.961,71	-229.102,67
Custos Administrativos .....	-1.455.849,23	-1.706.579,58
Outros custos e perdas operacionais .....	-29.003,45	-65.538,60
<b>Resultados Operacionais</b>	<b>673.454,71</b>	<b>-946.522,17</b>
Custo líquido de financiamento .....	-402.075,69	-496.770,85
Ganhos (perdas) em outros investimentos .....	-25.309,77	1.514.978,50
<b>Resultados Correntes</b>	<b>246.069,25</b>	<b>71.685,48</b>
Imposto sobre os resultados correntes .....	-141.914,62	-874.232,89
<b>Resultados Correntes após impostos</b>	<b>104.154,63</b>	<b>-802.547,41</b>
Resultados Extraordinários	0,00	0,00
Imposto sobre os resultados extraordinários .....	0,00	0,00
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>104.154,63</b>	<b>-802.547,41</b>
<b>Resultado por ação</b>	<b>0,02</b>	<b>-0,13</b>

Forte da Barra, 13 de Fevereiro de 2008

O Técnico de Contas

O Conselho de Administração





**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

**Findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006**

(Montantes expressos em Euros)

	2007		2006	
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS</b>				
Recebimentos de clientes	10 994 906,23		9 489 999,93	
Pagamentos a fornecedores	2 100 981,12		2 246 495,62	
Pagamentos ao pessoal	5 388 555,43		5 092 223,67	
<b>Fluxos gerados pelas operações</b>	<b>3 505 369,69</b>		<b>2 151 280,64</b>	
Pagamento do imposto sobre rendimento	0,00		0,00	
Outros recebimentos e pagamentos relativos à actividade operacional	1 004 036,38		363 367,08	
<b>Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias</b>	<b>1 004 036,38</b>		<b>363 367,08</b>	
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	24 286,12		6 266,98	
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	17 030,00		17 929,19	
<b>FLUXOS DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS (1)</b>		<b>4 516 662,19</b>		<b>2 502 985,52</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>				
Recebimentos respeitantes a:				
Subsídios	6 320 938,00		4 410 577,76	
Alienação de Imobilizado corpóreo	300 009,00		2 879 546,76	
Juros e proveitos e similares	211 306,63		155 002,97	
Reembolso de Adiantamentos e Empréstimos	0,00		0,00	
Recebimento de garantias	0,00		0,00	
Imposto sobre o rendimento	0,00	<b>6 832 253,63</b>	0,00	<b>7 445 127,49</b>
Pagamentos respeitantes a:				
Imobilizações corpóreas	5 432 721,94		9 413 268,80	
Restituições de garantias	6 281,73		42 353,71	
Imobilizações incorpóreas			152 740,00	
Imobilizações financeiras	64 063,70		0,00	
Adiantamentos e Empréstimos		<b>5 503 067,37</b>		<b>9 608 362,50</b>
<b>FLUXOS DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)</b>		<b>1 329 186,26</b>		<b>- 2 163 235,01</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>				
Recebimentos respeitantes a:				
Empréstimos obtidos	2 150 000,00	<b>2 150 000,00</b>	350 000,00	<b>350 000,00</b>
Pagamentos respeitantes a:				
Empréstimos obtidos	2 536 773,00		267 791,00	
Amortização de contratos de locação financeira	1 778,63		8 806,07	
Juros e custos similares	629 035,32	<b>3 167 586,95</b>	384 293,48	<b>660 890,55</b>
<b>FLUXOS DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)</b>		<b>- 1 017 586,95</b>		<b>- 310 890,55</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)</b>		<b>4 828 261,50</b>		<b>28 859,95</b>
<b>Caixa e equivalentes no início do período</b>		<b>1 509 580,92</b>		<b>1 480 720,97</b>
<b>Caixa e equivalentes no fim do período</b>		<b>6 337 842,42</b>		<b>1 509 580,92</b>

Forte da Barra, 13 de Fevereiro de 2008

O Técnico de Contas

*David António Pereira*

O Conselho de Administração

*Alves*

*[Signature]*

*[Signature]*

## NOTA INTRODUTÓRIA

A APA - Administração do Porto de Aveiro S.A. (adiante designada por “APA”), foi constituída pelo Decreto-lei nº 339/98, de 3 de Novembro, sendo uma Sociedade Anónima de capitais exclusivamente públicos. A partir dessa data a APA passou a reger-se pelo referido diploma e pelos seus Estatutos e, em tudo o que neles não estiver previsto, pelas normas aplicáveis às sociedades anónimas e pelas normas especiais cuja aplicação decorra do objecto da Empresa. A actuação da APA, no uso dos poderes de autoridade referidos naquele diploma, rege-se por normas de direito público.

A APA, sucedeu assim automática e globalmente à Junta Autónoma do Porto de Aveiro, e continuou a personalidade jurídica desta, conservando a universalidade dos bens, direitos e obrigações integrantes da sua esfera jurídica no momento da transformação.

Mantiveram-se integrados no domínio público do Estado afecto à APA, os terrenos do domínio público marítimo situados dentro da área de jurisdição da Junta Autónoma do Porto de Aveiro e ainda os bens afectos à actividade de pesca, serviços de primeira venda e actividades conexas.

Neste contexto, os bens de domínio público encontram-se afectos à actividade da Empresa, que os pode administrar livremente, nesse âmbito, embora não para dispor dos mesmos no que diz respeito ao comércio jurídico privado.

A APA assegura o exercício das competências necessárias ao regular funcionamento do porto de Aveiro nos seus múltiplos aspectos de ordem económica, financeira e patrimonial, de gestão de efectivos e de exploração portuária e ainda a actividades que lhe sejam complementares, subsidiárias ou acessórias. Assim, são competências da APA:

- a) atribuição de usos privativos e definição de respectivo interesse público para efeitos de concessão, relativamente aos bens de domínio público que lhe está afecto, bem como à prática de todos os actos respeitantes à execução, modificação e extinção da licença ou concessão;



- b) licenciamento de actividades portuárias de exercício condicionado e concessão de serviços públicos portuários, podendo praticar todos os actos necessários à atribuição, execução, modificação e extinção da licença ou concessão, nos termos da legislação aplicável;
- c) expropriação por utilidade pública, ocupação de terrenos, implantação de traçados e exercício de servidões administrativas necessárias à expansão ou desenvolvimento portuários, nos termos legais;
- d) fixação das taxas a cobrar pela utilização dos portos, dos serviços neles prestados e pela ocupação de espaços dominiais ou destinados a actividades comerciais ou industriais;
- e) protecção das suas instalações e do seu pessoal;
- f) uso público dos serviços inerentes à actividade portuária e sua fiscalização; e
- g) assunção da responsabilidade em matéria de segurança marítima e portuária na sua área de jurisdição, definindo as condições de segurança e de funcionamento do porto, em todas as suas vertentes, tendo em atenção a necessidade de garantir, de forma adequada, a sua exploração comercial.

Na sua área de jurisdição, só a APA pode conceder licenças para execução de obras directamente relacionadas com a sua actividade e cobrar taxas inerentes às mesmas.

As atribuições referentes à gestão da água na área de jurisdição da APA, incluindo a supervisão da sua qualidade, competem ao Instituto da Água e à respectiva Direcção Regional do Ambiente.

A Empresa foi inicialmente constituída com um capital social de 7.292.425,26 euros, tendo subsequentemente sido aumentado para 30.000.000,00 euros (ver Nota 36).

A Empresa tem sede em Ílhavo, no Edifício n.º 9 do Forte da Barra, Gafanha da Nazaré.

#### NOTA 1 - APLICAÇÃO DO POC NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do exercício foram preparadas, em todos os seus aspectos materiais, em conformidade com as disposições do Plano Oficial de Contabilidade (POC), aprovado pelo Decreto Lei nº 410/89 de 21 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Lei nº 238/91, de 2 de Julho e pelo Decreto Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro.



As notas às contas respeitam a ordem e demais princípios estabelecidos pelo POC. As notas cuja numeração se encontra ausente deste Anexo não são aplicáveis à Empresa ou a sua apresentação não é relevante para a apreciação das demonstrações financeiras anexas.

## NOTA 2 - COMPARABILIDADE DAS CONTAS DO BALANÇO E DAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Os valores constantes das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 são comparáveis, em todos os aspectos significativos, com os valores do exercício de 2006.

## NOTA 3 - PRINCIPAIS PRINCÍPIOS CONTABILÍSTICOS E CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS ADOPTADOS

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

Os principais princípios contabilísticos e critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

### **a) Imobilizado incorpóreo**

As imobilizações incorpóreas são constituídas essencialmente por Despesas de Investigação e Desenvolvimento e encontram-se registadas ao custo de aquisição.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos e com base nas taxas permitidas pelo Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de Janeiro, a partir da data de conclusão do respectivo bem.

### **b) Imobilizado corpóreo (incluindo os Bens de Domínio Público)**

A APA possui responsabilidades legais na gestão de bens do domínio público, contribuindo estes para o desenvolvimento dos objectivos sociais estatuídos pelo Decreto-Lei n.º 339/98, de 3 de Novembro.

Estes bens, maioritariamente constituídos por terrenos do domínio público marítimo, infra-estruturas portuárias (obras de regularização marginal, terminais portuários, porto de abrigo, docas, estaleiro e bens que se encontravam afectos às actividades de pesca à data da transformação em

APA), são propriedade do Estado, não comerciável, e encontram-se afectos aos serviços públicos sob a responsabilidade da APA e entidades concessionárias.

Os bens do domínio público são relevados no Balanço em conta própria, 45 - Bens do Domínio Público do Estado.

Os montantes brutos, amortizações do exercício e acumulados relativos a bens do domínio público encontram-se devidamente apresentados na Nota 10.

As imobilizações corpóreas (incluindo os bens de domínio público), integradas à data de constituição da Empresa (ver Introdução a este Anexo), foram subsequentemente registadas com base em avaliação patrimonial efectuada em 1999 por entidade independente. A avaliação abrangeu parte significativa dos bens integrados e reportou-se à data de 2 de Dezembro de 1998, tendo sido utilizado o método do "Valor em Uso Continuado".

As amortizações do imobilizado objecto de avaliação patrimonial, são calculadas pelo método de quotas constantes, tendo em consideração o período de vida útil esperada:

- Edifícios e outras construções	10 a 50 anos;
- Equipamento básico	6 a 18 anos;
- Equipamento de transporte	3 a 6 anos;
- Ferramentas e utensílios	4 a 13 anos;
- Equipamento administrativos	3 a 8 anos;
- Outras imobilizações corpóreas	4 a 16 anos.

Os bens adquiridos posteriormente à data de constituição da Empresa, encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual inclui o valor da factura do fornecedor e respectivas despesas de compra.

As amortizações relativas ao imobilizado adquirido pela APA, e registadas como Imobilizações Corpóreas são calculadas pelo método das quotas constantes a partir da data de entrada em funcionamento do respectivo bem. As taxas utilizadas são as estimadas para a vida útil económica dos bens, as quais se enquadram nos limites previstos no Decreto Regulamentar nº 2/90, de 12 de Janeiro.





Como contrapartida do uso dessas infra-estruturas, e conforme estipulado no contrato de concessão desses bens, a Empresa recebe uma renda (a valor presente) durante o período da concessão. Essas rendas encontram-se registadas na rubrica 72 - Prestação de Serviços.

**e) Investimentos financeiros**

Os investimentos financeiros referem-se a imóveis disponíveis para venda e encontram-se valorizados ao valor da uma avaliação patrimonial reportada a 31 de Dezembro de 1998.

Sempre que qualquer dos investimentos financeiros tiver à data do balanço um valor de mercado ou de recuperação inferior ao registado na contabilidade, este é objecto da correspondente redução, por intermédio da conta 684 (Ajustamentos de aplicações financeiras), tendo como contrapartida a conta 49 (Ajustamentos de Investimentos financeiros).

**f) Ajustamento de dívidas a receber**

Os ajustamentos de dívidas a receber são calculados tendo por base os riscos previstos de cobranças no final de cada ano.

**g) Subsídios ao investimento**

Os subsídios recebidos a fundo perdido para o financiamento de imobilizações, são contabilizados quando existe confirmação do valor a receber, sendo os mesmos diferidos em balanço (rubrica de Proveitos diferidos) e posteriormente reconhecidos como proveitos (extraordinários) ao longo da vida útil estimada dos bens que lhes estão subjacentes, em consonância com as correspondentes amortizações (ver Nota 46).

**h) Reformas antecipadas**

A APA é responsável pelo pagamento de pensões de reforma antecipadas, aos trabalhadores que optaram pelo benefício previsto no Decreto-Lei nº 467/99, de 6 de Novembro. Este decreto refere que, desde que se verificassem determinadas condições até 31 de Dezembro de 2002, era permitida a reforma antecipada dos trabalhadores ligados aos institutos e demais entidades portuárias, que fossem subscritores da Caixa Geral de Aposentações. Esta responsabilidade cessa quando os

trabalhadores que tenham optado pela aposentação perfaçam 36 anos de serviço ou 70 anos de idade.

As responsabilidades, determinadas com base no valor da pensão actual multiplicada pelo número de anos em que esse benefício ainda vai vigorar (tendo por base as condições da sua cessação), encontram-se cobertas por uma provisão registada na rubrica de Provisões para pensões (ver Notas 31 e 34). Esta responsabilidade encontra-se registada ao seu valor nominal, por se considerar que qualquer ajustamento a efectuar decorrente do desconto destes valores não seria significativo.

**i) Imposto sobre o rendimento**

O encargo sobre o Imposto sobre o Rendimento (IRC) é apurado tendo em consideração as disposições do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC).

A Empresa adopta, de acordo com o disposto na Directriz Contabilística nº 28, o conceito de contabilização de impostos diferidos (ver Nota 6).

**j) Instrumentos financeiros e gestão de risco**

Durante o exercício de 2007, a Empresa celebrou com uma instituição bancária um contrato de permuta de taxa de juro (interest rate swap), através dos quais converteu a taxa de juro variável em taxa de juro fixa, relativamente a 60% do valor do empréstimo contraído junto do Banco Europeu de Investimento. Os encargos financeiros registados correspondem à soma do seguinte:

- montante apurado tendo por base a aplicação da taxa de juro indexada à Euribor sobre o valor do empréstimo utilizado;
- encargo resultante do diferencial entre a taxa de juro fixa contratada (contrato de swap) e a variável, aplicado ao “notional amount”, segundo os contrato de swap.

A divulgação destes compromissos encontra-se evidenciada na Nota 31 b).



k) **Especialização de exercícios**

A APA regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou liquidadas, sendo as diferenças registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos.

l) **Passivos de carácter ambiental**

A Empresa adopta como política contabilística para o reconhecimento dos passivos e dos dispêndios de carácter ambiental, os critérios consagrados pela Directriz Contabilística nº 29, emanada pela Comissão de Normalização Contabilística (ver Nota 49).

**NOTA 6 - IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO**

A Empresa encontra-se sujeita a tributação em sede de IRC - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas à taxa de 25%, acrescida de Derrama, resultando uma taxa de imposto agregada de 26,5%. De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa relativas aos anos de 2002 a 2007 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras.

Os prejuízos fiscais podem ser utilizados para cobrir lucros fiscais num período de 6 anos. Os prejuízos fiscais estimados até 31 de Dezembro de 2007, ainda não confirmados pelas autoridades fiscais, ascendem a 6.062 milhares de euros, e podem ser deduzidos aos lucros futuros tributáveis como segue:



(1.000 Euros)

Ano	Valor	Ano limite para utilização
2002	3672	2008
2003	1.548	2009
2004	307	2010
2005	535	2011

A Sociedade adopta a prática de contabilizar activos por impostos diferidos, de acordo com o estabelecido na Directriz Contabilística n.º 28 emitida pela Comissão da Normalização Contabilística.

Tendo em consideração os resultados previsionais e projecções de cash-flows para o período de 2008 - 2017, incluídos no orçamento para 2008, durante o exercício de 2007 foram anulados activos por impostos diferidos no montante de cerca de 123 milhares de euros.

Assim, o imposto sobre o rendimento apurado no exercício, no montante de 142 milhares de euros, inclui o efeito do imposto diferido gerado pelas diferenças temporais abaixo referidas:

(1.000 Euros)

	Balanço			Demonstra-ção dos Resultados
	Capitais Próprios Finais	Impostos Diferidos Activos	Impostos Diferidos Passivos	
Saldo em 1 de Janeiro de 2007	-422	422	-	-
Movimentos no exercício				
Anulação de activos por impostos diferidos - Prejuizos fiscais				
492 x 25%	123	-123	-	123
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	-299	299	-	123
Impostos correntes do exercício				19
Imposto sobre o rendimento do exercício				142

#### NOTA 7 - VOLUME DE EMPREGO

Durante o exercício o número médio de empregados ao serviço da Empresa foi de 122 (2006: 123).

## NOTA 8 - IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS

Ver Nota 10.

## NOTA 10 - MOVIMENTO NO ACTIVO IMOBILIZADO E RESPECTIVAS AMORTIZAÇÕES

O movimento ocorrido nas contas de imobilizações incorpóreas, imobilizações corpóreas e investimentos financeiros, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, bem como nas respectivas amortizações acumuladas foi o seguinte:

### Quantias Brutas

(1.000 Euros)					
Rubricas	Saldo 31-12-2007	Aumentos	Alienações	Transferências e Abates	Saldo 31-12-2007
<b>BENS DO DOMÍNIO PÚBLICO:</b>					
Terrenos e recursos naturais	69 147	0	0	0	69 147
Edifícios e outras construções	168 693	1 110	0	24 230	194 032
Imobilizações em curso	57 577	4 033	0	- 23 926	37 684
Adiantamentos p/ conta de imobilização	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>295 417</b>	<b>5 143</b>	<b>0</b>	<b>304</b>	<b>300 864</b>
<b>IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:</b>					
Despesas investigação e desenvolviment	250	0	0	0	250
Imobilizações em curso	568	47	0	- 158	457
<b>Total</b>	<b>818</b>	<b>48</b>	<b>0</b>	<b>- 158</b>	<b>708</b>
<b>IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:</b>					
Terrenos e recursos naturais	3 099	0	0	0	3 100
Edifícios e outras construções	14 492	1	0	46	14 539
Equipamento básico	7 316	383	0	0	7 699
Equipamento de transporte	531	77	0	0	608
Ferramentas e utensílios	184	8	0	0	192
Equipamento administrativo	1 196	66	- 1	137	1 398
Outras imobilizações corpóreas	1 219	32	0	0	1 251
Imobilizações em curso	680	113	0	- 680	113
<b>Total</b>	<b>28 717</b>	<b>680</b>	<b>- 1</b>	<b>- 497</b>	<b>28 902</b>
<b>INVESTIMENTOS FINANCEIROS:</b>					
Terrenos e recursos naturais	3 731	0	0	0	3 731
Edifícios e outras construções	0	0	- 325	325	0
Imobilizações em curso	0	64	0	0	64
<b>Total</b>	<b>3 731</b>	<b>64</b>	<b>- 325</b>	<b>325</b>	<b>3 795</b>
	<b>328 683</b>	<b>5 936</b>	<b>- 326</b>	<b>- 26</b>	<b>334 269</b>



### Amortizações acumuladas

(1 000 Euros)				
Rubricas	Saldo 31-12-2007	Reforço	Transferências e Abates	Saldo 31-12-2007
<b>BENS DO DOMÍNIO PÚBLICO:</b>				
Edifícios e outras construções	23 191	3 257	0	26 448
<b>Total</b>	<b>23 191</b>	<b>3 257</b>	<b>0</b>	<b>26 448</b>
<b>IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:</b>				
Despesas de investigação e desenvolvimento	123	30	0	153
<b>Total</b>	<b>123</b>	<b>30</b>	<b>0</b>	<b>153</b>
<b>IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:</b>				
Edifícios e outras construções	4 586	658	0	5 244
Equipamento básico	4 415	521	0	4 936
Equipamento de transporte	430	45	0	475
Ferramentas e utensílios	144	12	0	156
Equipamento administrativo	816	218	- 1	1 033
Outras imobilizações corpóreas	1 110	41	0	1 151
<b>Total</b>	<b>11 501</b>	<b>1 495</b>	<b>- 1</b>	<b>12 995</b>
	<b>34 815</b>	<b>4 782</b>	<b>- 1</b>	<b>39 596</b>

### Valores líquidos

(1.000 Euros)					
Rubricas	Saldo 31-12-2007	Aumentos	Amortizações Exercício	Abates Transf.	Saldo 31-12-2007
<b>BENS DO DOMÍNIO PÚBLICO:</b>					
Terrenos e recursos naturais	69 147	0	0	0	69 147
Edifícios e outras construções	145 502	1 110	- 3 257	24 230	167 585
Imobilizações em curso	57 577	4 033	0	- 23 926	37 684
	<b>272 227</b>	<b>5 143</b>	<b>- 3 257</b>	<b>304</b>	<b>274 417</b>
<b>IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:</b>					
Despesas de investigação e desenvolvimento	127	0	- 30	0	97
Imobilizações em curso	568	48	0	- 158	458
<b>Total</b>	<b>695</b>	<b>48</b>	<b>- 30</b>	<b>- 158</b>	<b>555</b>
<b>IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:</b>					
Terrenos e recursos naturais	3 099	0	0	0	3 099
Edifícios e outras construções	9 906	1	- 658	46	9 295
Equipamento básico	2 900	383	- 521	0	2 762
Equipamento de transporte	101	77	- 45	0	133
Ferramentas e utensílios	40	8	- 12	0	37
Equipamento administrativo	380	66	- 218	137	365
Outras imobilizações corpóreas	110	32	- 41	0	101
Imobilizações em curso	680	113	0	- 680	113
<b>Total</b>	<b>17 216</b>	<b>681</b>	<b>- 1 495</b>	<b>- 497</b>	<b>15 906</b>
<b>INVESTIMENTOS FINANCEIROS:</b>					
Terrenos e recursos naturais	3 731	0	0	0	3 731
Imobilizações em curso	0	64	0	0	64
<b>Total</b>	<b>3 731</b>	<b>64</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>3 795</b>
	<b>293 869</b>	<b>5 936</b>	<b>- 4 782</b>	<b>- 351</b>	<b>294 672</b>



# NOTA 14 - OUTRAS INFORMAÇÕES RELATIVAS AO IMOBILIZADO

Na conta 44 - Imobilizações em curso, estão incluídas as obras ainda não concluídas e os bens que ainda não se encontram em funcionamento, os quais se apresentam:

(1 000 Euros)			
Ano	Conta	Descrição	Quantia
2000	441201	Projecto Via Cintura Portuária - 3ª. Fase	834
2000	441206	Terminal de Graneis Líquidos	21.373
2000	441207	Projecto Rodoviário Interno	248
2002	4441	Certificação ISO	34
2003	441203	Terminal de Graneis Sólidos	10.177
2004	4443	Concessão - Consultoria - Sector Norte	355
2005	4412103	Dragagem da Bacia de Manobras do Terminal de Graneis Sólidos	4.480
2005	4412104	Dragagem da Bacia de Manobras do Terminal de Graneis Líquidos	361
2006	441215	Estudo de Reconfiguração do Porto de Aveiro	167
2006	4443	Concessão - Consultoria - Terminal de Graneis Líquidos	69
2007	44302	Projecto Portmós	104
2007	4451	Porto da Figueira da Foz	64
2005/7	44	Outros	53
Total			38.319

#### NOTA 15 - BENS UTILIZADOS EM REGIME DE LOCAÇÃO FINANCEIRA

Em 31 de Dezembro de 2007, os bens utilizados em regime de locação financeira (ver Nota 3 c) eram os seguintes:

(1.000 Euros)				
Ano	Conta/Descrição	Valor	Amortizações	Valor
		Aquisição	Acumuladas	Líquido
2004	424 - Equipamento de Transporte	26	25	1
	<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>25</b>	<b>1</b>

#### NOTA 19 - VALORES DE MERCADO DOS ELEMENTOS DO ACTIVO CIRCULANTE

Em 31 de Dezembro de 2007, não haviam quaisquer diferenças entre o valor contabilístico e o valor de mercado dos elementos que integram o activo circulante.

#### NOTA 21 - AJUSTAMENTOS DE VALOR NAS RUBRICAS DO ACTIVO CIRCULANTE

Os ajustamentos de valor ocorridos no exercício nas rubricas do activo circulante analisam-se como segue:

(1.000 Euros)				
Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Saldo final
Cientes de cobrança duvidosa	2.431	1.375	-786	3.020
	<b>2.431</b>	<b>1.375</b>	<b>-786</b>	<b>3.020</b>

Os reforços e as reversões do exercício estão influenciados pelos seguintes movimentos:

- Ajustamentos de valor efectuados no exercício de 2006, mas apenas aceites como custo fiscal em 2007: 300 milhares de euros
- Nota de crédito emitida em 2007 sobre saldos ajustados no exercício de 2006: 260 milhares de euros.

### NOTA 23 - DÍVIDAS DE COBRANÇA DUVIDOSA

Em 31 de Dezembro de 2007 as dívidas de cobrança duvidosa ascendiam a 3.020.319,58 euros, contabilizados na conta 218 - Clientes de Cobrança Duvidosa, dos quais 1.614.893,03 euros se referem a dívidas de clientes em processo de cobrança coerciva por execução fiscal ou em processo de recuperação de empresas.

As dívidas de clientes de cobrança duvidosa encontram-se totalmente ajustadas.

### NOTA 25 - DÍVIDAS ACTIVAS E PASSIVAS RELATIVAS AO PESSOAL DA EMPRESA

Em 31 de Dezembro de 2007 não existem dívidas ao pessoal.

Os saldos a pagar ao pessoal totalizam 556.266 de euros, e dizem essencialmente respeito a férias e subsídios de férias que se vencem para pagamento durante o ano de 2008 e estão evidenciados na rubrica do Passivo - Acréscimos de custos (Ver Nota 48 b)).

### NOTA 28 - ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, não existiam dívidas em situação de mora com o Estado e outros entes públicos. Os saldos com estas entidades eram os seguintes:

	(1.000 Euros)			
	Saldos Devedores		Saldos Credores	
	2007	2006	2007	2006
Imposto sobre o Valor Acrescentado	0	500	20	
Segurança Social	0	0	89	91
Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares	0	0	68	70
Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas	94	93	0	0
Restantes Impostos	0	0	9	6
	<b>94</b>	<b>593</b>	<b>186</b>	<b>167</b>



## NOTA 29 - VALOR DAS DÍVIDAS A TERCEIROS A MAIS DE 5 ANOS

Esta rubrica analisa-se como segue:

	(1.000 Euros)		
	Curto prazo	Médio e longo prazo	Total
Empréstimos bancários:			
Banco Europeu de Investimento	476	19.524	20.000
Empréstimo BPI - Millennium BCP	1.579	921	2.500
	2.055	20.445	22.500

### (i) Empréstimo Banco Europeu de Investimento

O empréstimo junto do Banco Europeu de Investimento, no montante de 20.000.000 de euros, resulta de um contrato de financiamento celebrado em 29 de Outubro de 2004, que teve por objectivo o financiamento das obras de expansão e aumento de capacidade das infra-estruturas do porto de Aveiro. Em benefício da Empresa, o banco abriu um crédito até ao montante de 30.000.000 de euros, tendo sido utilizado um montante de 20.000.000 de euros. O capital mutuado pelo banco vence juros calculados à taxa Euribor acrescido de um spread de 0,13%. O capital mutuado será amortizado em trinta e duas prestações semestrais consecutivas, vencendo-se a primeira em 15 de Dezembro de 2008 e a última em 15 de Junho de 2024.

Como garantia deste empréstimo, foi assinado um contrato de fiança com o Estado Português.

### (ii) Empréstimo BPI - Millennium BCP

A APA, foi solidariamente responsável, em conjunto com a APL, S.A., APSS, S.A., APS, S.A. e IPTM, pela liquidação de um empréstimo contraído pela APP junto de um sindicato bancário em Julho de 2000, o qual se destinou a financiar o reembolso antecipado da totalidade do empréstimo obrigacionista APAJP/94. Em 17 de Janeiro de 2007 a Empresa procedeu ao reembolso total deste empréstimo, tendo contraído um novo empréstimo junto do Banco BPI e do Millennium BCP, no montante global de 2.500.000 euros, com as seguintes características:

- Taxa de Juro: Euribor a seis meses, acrescida de uma margem de 0,125 ao ano
- Pagamento de Juros: semestrais e postecipados
- Reembolso: dezanove (19) prestações semestrais constantes e sucessivas, de capital e juros, vencendo-se a primeira doze meses (12) após a assinatura do contrato (Janeiro de 2008).

Resultante deste processo, a APP continua com um contrato de financiamento (residual) no montante de 2.700.000 euros, relativo à responsabilidade do IPTM (portos secundários) no processo atrás referido. A APA, em conjunto com a APDL, APL, APSS e APS, continua responsável (fiadora) solidária por tal montante.

O reembolso dos empréstimos bancários será como segue:

(1.000) Euros			
Ano	BEI	BPI /Millenium BCP	Total
2008	476	1.579	2.055
2009	952	921	1.873
2010	952	0	952
2011	952	0	952
2012	952	0	952
2013 - 2026	15.716	0	15.716
	20.000	2.500	22.500

Relativamente ao empréstimo do BEI, a Empresa tem a possibilidade de proceder ao seu reembolso antecipado. Assim, tendo por base as projecções de cash-flows de médio e longo prazo para o período 2008 - 2017, perspectiva-se que no final do ano de 2014 este empréstimo esteja totalmente reembolsado.

## NOTA 31 - COMPROMISSOS ASSUMIDOS

### a) Responsabilidades assumidas por reformas antecipadas

Conforme referido na Nota 3 h), a responsabilidade pelo pagamento das pensões dos trabalhadores que requereram a aposentação ao abrigo do Artigo 2º do Decreto-Lei 467/99, de 6 de Novembro é da APA, cessando tal responsabilidade quando os trabalhadores que tenham optado pela aposentação perfaçam 36 de serviço ou 70 anos de idade.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, a variação no valor das responsabilidades (determinada a custos nominais) ocorrida no exercício, bem como o valor da provisão em Balanço, analisa-se como segue:

	(1.000 Euros)
Responsabilidade em 31 de Dezembro de 2007	229
Pagamentos efectuados no exercício	-227
Variação no valor das responsabilidades	0
Responsabilidades em 31 de Dezembro de 2007	18
Provisão em Balanço (ver Nota 34)	2
Percentagem de cobertura da Provisão	11%

### b) Contrato de swap de taxa de juro

Conforme referido na Nota 29, no âmbito das obras de expansão e aumento de capacidade das infra-estruturas do porto de Aveiro, a Empresa contratou um financiamento a taxa de juro variável com o Banco Europeu de Investimento, tendo utilizado no exercício de 2007 um contrato de permuta de taxa de juro variável por taxa fixa com um banco comercial, para fazer a cobertura económica dos juros a pagar até à maturidade do empréstimo, permitindo fixar grande parte dos encargos financeiros do projecto (ver Nota 3 j)).

O "notional value" do contrato de swap a 31 de Dezembro de 2007 ascende a 12.000 mil euros e o correspondente "fair value" (valor a pagar no caso de resolução do contrato de swap) àquela data, é de cerca de 112 milhares de euros. O vencimento do contrato ocorre em 15 de Março de 2011.



O "notional value" do contrato varia de acordo com o plano de desembolso estabelecido na data de negociação do swap. À data do balanço, o montante em dívida do empréstimo ascende a 20.000.000 euros, sendo que 12.000.000 euros encontram-se cobertos pelo referido contrato de permuta de taxa de juro.

#### c) Compromissos assumidos com fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2007, a empresa tinha assumido compromissos com fornecedores no montante de 119.080 euros, para a aquisição de bens para o imobilizado corpóreo.

#### NOTA 34 - MOVIMENTOS OCORRIDOS NO EXERCÍCIO NAS CONTAS DE PROVISÕES

Explicitação dos movimentos ocorridos na conta de Provisões:

Rubrica	Saldo	Aumento	Redução	Saldo
	31-12-2007			31-12-2007
291 - Provisões para pensões (ver Nota 31)	229	0	227	2
293 - Provisões pra processos judiciais em curso	760	0	0	760
<b>Total</b>	<b>989</b>	<b>0</b>	<b>227</b>	<b>762</b>

Na rubrica de Outras provisões para riscos e encargos está reconhecido o valor de 759.813,10 euros como forma de aprovisionar o possível efeito do recurso judicial interposto pela CPTP - Companhia Portuguesa de Trabalhos Portuários e Construções, Lda., empresa responsável pela empreitada de Ampliação do Terminal Norte e que reclama aquele montante a título de trabalhos a mais. Apesar da APA, perspectivar que o processo venha a conhecer uma decisão favorável, atendendo ao princípio contabilístico da prudência foi constituída a referida provisão.

Esta provisão foi originalmente contabilizada por contrapartida da rubrica de "Custos diferidos - Custos Plurianuais", sendo anualmente reconhecido como custo do exercício um montante equivalente à amortização dos trabalhos reclamados pelo empreiteiro. Assim, durante o exercício de 2007 foi reconhecido um custo, no montante de 9.497,64 euros, o qual se encontra evidenciado na rubrica de "Provisões" da Demonstração de Resultados.

### NOTA 36 - DECOMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Conforme previsto no artigo 9º dos Estatutos anexos ao Decreto-Lei nº 339/98, de 3 de Novembro (ver Introdução a este Anexo), o capital social, integralmente subscrito e realizado, foi inicialmente fixado em 7.292.425,26 euros.

Subsequentemente, o capital passou para 30.000.000,00 euros, por incorporação de parte da reserva de avaliação, resultante da avaliação patrimonial efectuada em 1999, conforme Despacho nº 96/2001 da Inspecção Geral das Finanças.

O capital social actual, totalmente subscrito e realizado, é constituído por 6.000.000 acções, com o valor nominal de 5,00 euros cada. As acções são nominativas e revestem a forma escritural.

### NOTA 37 - PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL SUBSCRITO

O capital social, que se encontra totalmente subscrito e realizado, é de 30.000.000,00 euros e é detido exclusivamente pelo Estado Português - Direcção Geral do Tesouro.

### NOTA 40 - MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RUBRICAS DO CAPITAL PRÓPRIO

(1.000 Euros)				
Rubricas do capital próprio	Saldo inicial	Aumentos	Transferências	Saldo final
Capital	30.000	0	0	30.000
Reservas legais	157	0	0	157
Reservas especiais	189.767	0	0	189.767
Resultados transitados	-6.308	0	-803	-7.111
Resultado líquido				
de 2006	-803	0	803	0
de 2007	0	104	0	104
	212.813	104	0	212.917

De acordo com a legislação vigente e com os Estatutos da Empresa, anualmente deverá ser transferido para a rubrica de reserva legal, no mínimo, 10% do lucro líquido apurado em cada exercício até que a mesma atinja pelo menos 20% do capital social. A reserva legal não pode ser distribuídas aos accionistas, podendo, contudo, em determinadas circunstâncias, ser utilizadas para aumentos de capital e para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas.

As Reservas Especiais referem-se à contrapartida do lançamento nas rubricas do imobilizado resultante do processo de avaliação patrimonial registado durante o exercício de 1999.

A Assembleia Geral de quatro de Abril de dois mil e sete aprovou a proposta de aplicação de resultados proposta pelo Conselho de Administração, no sentido do resultado líquido negativo do exercício de 2006, no montante de oitocentos e dois mil quinhentos e quarenta e sete euros e quarenta e um cêntimos, ser transferido para resultados transitados.

#### NOTA 43 - REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações principais (incluindo encargos) atribuídas aos membros dos órgãos sociais, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, foram as seguintes:

(1.000 Euros)		
Corpos sociais	Remunerações 2007	Remunerações 2006
Conselho de Administração	207	211
Assembleia Geral	2	1
Fiscal Único	20	18
	<b>229</b>	<b>230</b>



#### NOTA 44 - REPARTIÇÃO DO VALOR LÍQUIDO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR ACTIVIDADES

As prestações de serviços ocorreram na totalidade para o mercado interno, e analisam-se como segue:

	(1.000 Euros)	
Prestações de Serviços	31-12-2007	31-12-2006
Exploração Portuária	4.160	4.106
Rendimentos de Propriedade	4.926	4.307
Proveitos de Concessão	1.184	433
<b>Prestações de Serviços</b>	<b>10.271</b>	<b>8.846</b>

#### NOTA 45 - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

(1.000 Euros)					
Custos e Perdas	Exercícios		Proveitos e Ganhos	Exercícios	
	2007	2006		2007	2006
681 - Juros suportados	588	365	781 - Juros obtidos	143	153
688 - Outros custos e perdas financeiras	25	287	786 - Descontos de pronto pagamento obtidos	52	2
	613	652	7789 - Outros proveitos financeiros	16	0
Resultados financeiros	-402	-497			
	211	155		211	155

# NOTA 46 - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

(1.000 Euros)

Custos e Perdas	Exercícios		Proveitos e Ganhos	Exercícios	
	2007	2006		2007	2006
691 - Donativos	12	16	794 - Ganhos em imobilizações	0	1.515
692 - Dívidas incobráveis	0	47	795 - Benefícios de Penalidades Contratuais	681	0
694 - Perdas em Imobilizações	25	0	796 - Redução de provisões	227	387
698 - Outros custos e perdas extraordinárias	5	2	798 - Outros proveitos e ganhos extraordinários	1.196	890
	42	66			
Resultados extraordinários	2.062	2.726			
	2.104	2.792		2.104	2.792

O valor dos “Benefícios de Penalidades Contratuais” refere-se às penalidades contratuais aplicadas a dois concessionários pelo facto de não terem movimentado os mínimos de carga a que os mesmos estavam contratualmente obrigados.

O valor dos “Outros proveitos e ganhos extraordinários” inclui um montante de 1.176.887 euros relativo à componente de subsídios recebidos transferidos no exercício para resultados, de acordo com a política referida na Nota 3 g).

No exercício de 2006, o valor dos “Ganhos em Imobilizações” inclui a mais valia contabilística, no valor de 1.488.246 euros, resultante da venda de terrenos da Barra.

**NOTA 48 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PARA MELHOR COMPREENSÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS**

**b) Acréscimos e Diferimentos**

(1.000 Euros)

Rubricas	2007		2006	
	Curto prazo	Médio e longo prazo	Curto prazo	Médio e longo prazo
2711 - Juros a receber	30	0	0	0
2712 - Concessões	175	0	112	0
2719 - Outros acréscimos de proveitos	538	0	98	0
	<b>743</b>	<b>0</b>	<b>210</b>	<b>0</b>
2721- Seguros antecipados	57	0	60	0
2722 - Custos plurianuais	11	727	0	736
2723 - Desassoreamento	303	1.212	303	1.515
2725 - Materias Diversos em Armazém	147	0	148	0
	<b>518</b>	<b>1.939</b>	<b>511</b>	<b>2.251</b>
2732 - Remunerações e encargos	556	0	481	0
2733 - Juros a liquidar (empréstimos)	94	0	158	0
2734 a 2739 - Outros acréscimos de cust	184		33	0
	<b>834</b>	<b>0</b>	<b>672</b>	<b>0</b>
2741 - Comparticipação em pontes cais	10	82	10	92
2745 - Subsídios para investimentos	2.066	65.993	1.234	62.299
	<b>2.076</b>	<b>66.075</b>	<b>1.244</b>	<b>62.391</b>
2761 - Activos por Impostos Diferidos		299	0	422
	<b>0</b>	<b>299</b>	<b>0</b>	<b>422</b>



AL

mt

172

(1.000 Euros)

### c) Subsídios ao Investimento

	Data de Conclusão do Projecto	Valor Recebido/ a Receber	Transferência para Proveitos até 2006	Transferência para Proveitos em 2007	A transferir
Desassoreamento da Ria de Aveiro	Jan-98	3.831	2.298	255	1.278
Recondicionamento do Molhe Central e Sul	Jun-01	1.540	154	19	1.366
Recondicionamento do Triângulo Correntes	Mar-02	1.830	154	23	1.654
Reperfilamento TQ/PL	Fev-01	690	74	9	608
Ampliação do Terminal Norte	Jul-04	9.399	360	144	8.894
Construção do Terminal RO-RO	Jul-04	8.433	324	130	7.979
Terminal Graneis Sólidos Não Alimentar	Jan-07	15.068	0	260	14.808
Terminal Especializado Descarga de Pescado	Jan-07	4.505	0	95	4.410
Aveiro Digital	Várias	137	34	43	60
Construção do Porto de Abrigo	Várias	1.357	112	57	1.188
Terminal de Graneis Líquidos	Em curso	10.385	0	0	10.385
Terminal Graneis Sólidos Alimentar	Em curso	12.086	0	0	12.086
Outros		4.400	821	144	3435
		73.660	4.330	1.179	68.151

Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados em 31 de Dezembro de 2007

### NOTA 49 - INFORMAÇÕES SOBRE MATÉRIAS AMBIENTAIS

A Empresa no âmbito do desenvolvimento da sua actividade incorre em diversos encargos de carácter ambiental, os quais, dependendo das suas características, estão a ser capitalizados ou reconhecidos como um custo nos resultados operacionais do exercício.

Os dispêndios de carácter ambiental, tais como gestão de resíduos e exploração de ETARs, reconhecidos como um custo nos resultados do exercício de 2007 ascendem a cerca de 116 milhares de euros.

Em 31 de Dezembro de 2007 não se encontra registado nas demonstrações financeiras qualquer passivo de carácter ambiental nem é divulgada qualquer contingência ambiental, por ser convicção da Administração da empresa que não existem a essa data obrigações ou contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para a Empresa.

#### NOTA 50 - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

##### **a) Reconciliação da rubrica de resultados extraordinários evidenciada na demonstração dos resultados por naturezas e na demonstração dos resultados por funções.**

A demonstração dos resultados por funções foi preparada em conformidade com o estabelecido pela Directriz Contabilística nº 20, a qual apresenta um conceito de resultados extraordinários diferente do definido no Plano Oficial de Contabilidade (POC) para preparação da demonstração dos resultados por naturezas. Assim, em 31 de Dezembro de 2007, o valor dos custos e perdas extraordinários apresentados na demonstração dos resultados por naturezas, no montante de 42.349 euros, foram reclassificados para a rubrica de outros custos e perdas operacionais no valor de 17.030 e 25.319 euros para a rubrica de perdas em outros investimentos e os proveitos e ganhos extraordinários apresentados na demonstração dos resultados por naturezas, no montante 2.104.257 euros, foram reclassificados para a rubrica de resultados operacionais (2.104.257 euros), para a rubrica de ganhos em outros investimentos (9 euros). Estas reclassificações proporcionam as seguintes diferenças nas diversas naturezas de resultados:

(1.000 Euros)

	Demonstração Resultados 2007			Demonstração Resultados 2006		
	Por Naturezas	Reclassificação	Por Funções	Por Naturezas	Reclassificação	Por Funções
Resultados Operacionais	-1.366	2.039	673	-2.158	1.212	-947
Resultados Financeiros	-402	0	-402	-497	0	-497
Ganhos (Perdas) em outros investimentos	0	-25	-25	0	1.515	1.515
Resultados Correntes	-1.768	2.014	246	-2.655	2.727	72
Resultados Extraordinários	2.062	-2.062	0	2.727	-2.727	0
Resultado Líquido Exercício	104	0	104	-803	0	-803

# NOTA 51 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Componentes de caixa e seus equivalentes

	(1.000) Euros	
	31-12-2007	31-12-2006
Numerário	2.626,90	2.599,09
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	6.322.286,49	1.494.053,01
Outras disponibilidades:		
Depósitos de garantia	12.928,82	12.928,82
	<b>6.337.842,21</b>	<b>1.509.580,92</b>

Forte da Barra, 13 de Fevereiro de 2008

O Técnico de Contas



O Conselho de Administração

